

## **Expansão da rede de televisão digital no território argentino no marco das políticas para democratizar a mídia: tentativas de capilarizar outra infraestrutura<sup>1</sup>**

André PASTI<sup>2</sup>

Universidade Federal do ABC

### **RESUMO**

Na Argentina, após décadas de lutas sociais para democratizar a comunicação, foi aprovada em 2009 a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (LSCA), conhecida como Lei de Meios. Acompanhando esse novo marco normativo, diversas políticas foram realizadas agindo em diferentes dimensões da questão comunicacional. A partir de uma abordagem geográfica, este texto analisa uma dessas políticas que buscava a capilarização de outra infraestrutura para o consumo televisivo, a rede de Televisão Digital Aberta (TDA).

**PALAVRAS-CHAVE:** televisão digital aberta; território argentino; território; democratização da comunicação; regionalização da mídia;

No território argentino, o debate sobre a necessidade de democratizar a comunicação foi gestado desde o fim da última ditadura, em 1983, e ganhou grande espaço no debate público em 2009, no contexto da discussão de uma nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (LSCA), conhecida popularmente como *Lei de Meios*. Esse projeto foi construído a partir de propostas promovidas por movimentos sociais e outros agentes da sociedade civil (SEGURA, 2011) e foi aprovado e sancionado no mesmo ano. Partindo do reconhecimento do papel ativo do território usado nas condições para a realização dos projetos de organização da comunicação nos lugares, o conjunto de ações que acompanha a discussão, aprovação e efetivação das políticas de comunicação na Argentina no marco da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual é entendido, aqui, como um *evento geográfico*. A noção de evento, proposta por Santos (1999, p. 16), é um caminho de método geográfico para o desafio teórico da inseparabilidade entre espaço e tempo – considerando a empiricidade do tempo, sua historicidade, que estaria atrás de sua realização histórica e geográfica.

Na agenda das lutas democráticas, em geral, maior atenção precisa ser dada à “social e espacialmente desigual acessibilidade à nova base técnica da produção e da vida coletiva, articulada ao processo de consolidação da atual estrutura de comunicações” (RIBEIRO, 2011).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O trabalho resulta da pesquisa de Doutorado realizada no Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), financiada pelo CNPq e pela CAPES, a quem agradeço.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia Humana pela USP, Professor do CECS/UFABC, e-mail: [andre.pasti@ufabc.edu.br](mailto:andre.pasti@ufabc.edu.br).

---

A comunicação televisiva na formação socioespacial (SANTOS, 1977) argentina é marcada pelo predomínio de serviços de televisão paga. Em 2009, estimava-se que 72,92% dos lares argentinos possuíam televisão por assinatura<sup>3</sup> (LAMAC, 2018). Os principais provedores de televisão paga eram (e ainda são) Cablevisión – TV a cabo, do grupo Clarín – e DirecTV – via satélite, do grupo estadunidense Liberty Media (MASTRINI *et al.*, 2016, p. 76). Entre as principais iniciativas que acompanharam esse evento geográfico da LSCA propondo mudanças nas bases técnicas para o consumo e a produção televisiva, figura o projeto da Televisão Digital Aberta (TDA).

### **A instalação da base técnica para a Televisão Digital Aberta (TDA) no território argentino**

A TDA foi fundada pelo Decreto n. 1148/2009 e pela Resolução n. 1785/2009. Iniciativa de responsabilidade do Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, a TDA foi criada como uma plataforma de televisão com o objetivo de utilizar a tecnologia digital para transmitir gratuitamente imagem e som (ITURRALDE, 2015). O objetivo da rede seria universalizar o acesso à televisão aos que não podiam pagar os serviços privados, ao mesmo tempo que dar espaço a outras práticas na produção televisiva. Para Nemirovski (2011, p. 78, 2016), a TDA seria uma das formas de expressão material da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, alinhada com os objetivos de não-concentração, diversidade de vozes, defesa da produção nacional e geração de postos de trabalho vinculados com a radiodifusão em todo o país. Entre os objetivos declarados do sistema de televisão digital, estabelecidos no Decreto n. 1148/2009, constava:

promover a inclusão social, a diversidade cultural e o idioma do país através do acesso à tecnologia digital, assim como a democratização da informação; facilitar a criação de uma rede universal de educação à distância; estimular a investigação e o desenvolvimento, assim como fomentar a expansão das tecnologias e indústrias da Argentina relacionadas com a informação e a comunicação; planejar a transição da televisão analógica para a digital a fim de garantir a adesão progressiva e gratuita de todos os utilizadores; otimizar o uso do espectro radioelétrico; contribuir para a convergência tecnológica; melhorar a qualidade de áudio, vídeo e serviços; promover a indústria local na produção de instrumentos e serviços digitais; e promover a criação de postos de trabalho e a capacitação dos trabalhadores na indústria tecnológica (ARGENTINA, 2009, art. 1º, tradução nossa).

---

3 Para ilustrar a expressividade desse número, cabe uma relação com a realidade brasileira: em 2009, eram 18,65% os lares brasileiros com televisão por assinatura. Mesmo em 2018, apenas 42,96% das residências brasileiras contam com serviço pago de televisão (LAMAC, 2018).

---

O Estado nacional assumiu papel de protagonista no desenvolvimento da televisão digital (MASTRINI *et al.*, 2012). Ela iniciou sua transmissão a partir de abril de 2010 (SEL, 2013, p. 141), com a transmissão do Canal 7 – sinal de televisão pública do Estado nacional. Para a consolidação da televisão digital, foi criado o Sistema Argentino de TV Digital Terrestre – SATVD-T, foi declarada de interesse público a plataforma nacional de TV Digital Terrestre e foi autorizada a prestação dos serviços de uso de infraestrutura, multiplexação e transmissão para TV Digital (SEL, 2013, p. 141). Foi criado, ainda, um Conselho Assessor do Sistema da TDA, dependente do Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, integrado por representantes de oito ministérios e com um Fórum Consultivo com participação da sociedade civil (GRZINCICH; ALANIZ, 2017b, p. 8).

Anteriormente, outro conjunto de ações do Estado na infraestrutura ligada à base técnica para circulação de informações esteve ligado à política satelital. Em 2004, havia um risco do país perder as posições orbitais a ela designadas, por falta de investimentos dos concessionários – um consórcio de empresas com o nome fantasia de Nahuelsat, falida desde 2014 (ALIAGA, 2017; RUS, 2016). Assim, através da Lei de n. 26.092/2006, foi criada a Empresa Argentina de Soluções Satelitais, ARSAT. A empresa pública tinha como finalidade principal trabalhar com o planejamento, a coordenação e o desenvolvimento de satélites geoestacionários (ARGENTINA, 2006), além de operar serviços correlatos.

Além dos satélites geoestacionários, a ARSAT foi designada para as atividades de expansão da infraestrutura técnica ligada à televisão digital (HURTADO; BIANCHI; LAWLER, 2017; RUS, 2016): tanto as estações de transmissão da televisão digital terrestre, TDT, quanto na modalidade satelital, batizada televisão direta ao lugar, TDH (MASTRINI *et al.*, 2016, p. 77). Conforme Becerra (2015), ainda que a digitalização seja um processo também realizado na televisão paga, o Estado argentino assumiu uma liderança na digitalização da televisão aberta sem paralelo no continente. Na mesma direção, Bizberge, Krakowiak, Labate e Morone (2012, p. 200) afirmam que a implementação da televisão digital na Argentina se destaca na América Latina pelo papel do Estado, que investiu em torres de transmissão, na distribuição gratuita de conversores e no fomento à produção de conteúdos. Foram instaladas 88 estações digitais de transmissão (EDTs) em diferentes pontos do país (Mapa 1).

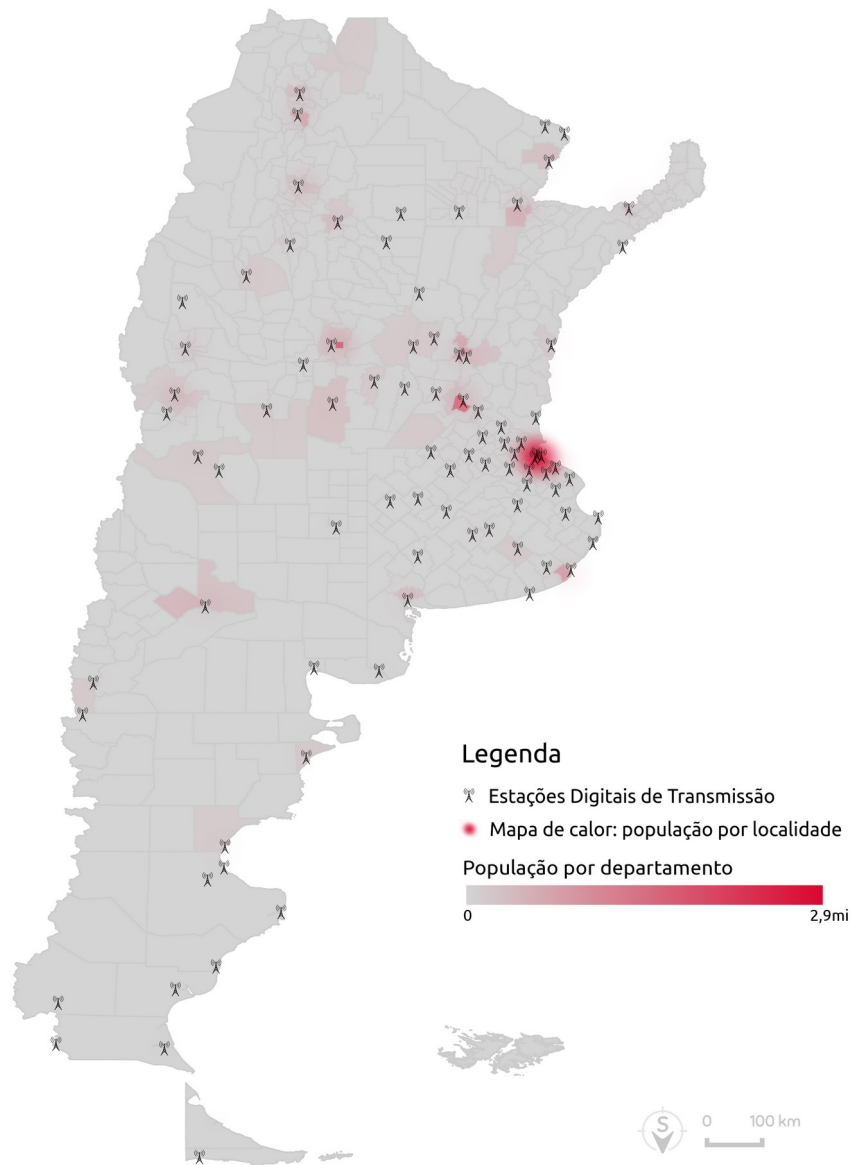
**Mapa 1: Estações Digitais de Transmissão da Televisão Digital Aberta (TDA) construídas entre 2010 e 2015, por ano de início de operação**



Elaboração: André Pasti (2018). Desenvolvido com os softwares livres QGIS e GIMP. Fonte: ARSAT (2018).

As estações foram instaladas a partir de 2010. Como é possível observar, os anos de maior expansão da rede de infraestrutura foram 2011 e 2012, com 22 estações instaladas em cada, e 2013, com 23 novas estações (ARSAT, 2018). A sobreposição da topologia das estações (Mapa 1), com os dados de distribuição da população no território argentino (Mapa 2) permite visualizar a cobertura significativa da rede da TDT nas regiões de maior concentração populacional, como a área metropolitana de Buenos Aires e os departamentos mais populosos.

**Mapa 2: Topologia da TDT no território argentino – sobreposição das Estações Digitais de Transmissão com dados populacionais (2015)**



Elaboração: André Pasti (2018). Desenvolvido com os softwares livres QGIS e GIMP.  
 Fontes: ARSAT (2018), INDEC (2017).

Essa distribuição das estações de transmissão permite que a televisão digital atinja uma área de cobertura (Mapa 3) com um alcance potencial de 82% da população nacional – a meta era de 85% com as estações, cobrindo as demais áreas com antenas e transmissão via satélite (BECERRA, 2015, p. 180).

**Mapa 3: Cobertura da TDT no território argentino - Estações Digitais de Transmissão (2017)**



Elaboração: André Pasti (2018). Desenvolvido com os softwares livres QGIS e GIMP. Fonte: ARSAT (2018).

Além da infraestrutura terrestre, a ARSAT desenvolveu e lançou em órbita os satélites ARSAT-1, em outubro de 2014, e ARSAT-2, em setembro de 2015. Um dos serviços prestados pelo ARSAT-1 é levar o sinal da Televisão Digital Aberta para as localidades não cobertas pelas estações terrestres (GENNARI; LAPUENTE, 2016; SEL, 2013, p. 142), além de internet, dados e telefonia sobre IP. Ainda em 2015, foi aprovada a Lei n. 27.208 (ARGENTINA, 2015), com um plano de desenvolvimento satelital para o período de 2015 a 2035<sup>4</sup>, propondo o desenvolvimento da indústria satelital, de interesse nacional, como prioridade e política de Estado (HURTADO; BIANCHI; LAWLER, 2017).

Para viabilizar o acesso à televisão digital nos espaços opacos, as políticas de Estado incluíram, ainda, a distribuição gratuita de cerca de um milhão de aparelhos decodificadores de sinal (GRZINCICH; ALANIZ, 2017a), destinados às regiões mais pobres do país, além da

<sup>4</sup> O plano contempla uma série de aspectos técnicos e econômicos para o desenvolvimento da indústria satelital. Sugere-se conferir o plano na íntegra em Rus (2016) e no anexo da Lei n. 27..208 (ARGENTINA, 2015).

---

instalação de cerca de 5 mil antenas de televisão digital satelital em regiões rurais e mais de 12 mil em escolas rurais e de fronteira (ITURRALDE, 2015). As iniciativas de capilarização dessa infraestrutura no território envolveram, ainda, um programa para financiar a compra de televisores com sintonizador digital (MASTRINI *et al.*, 2016). Além da viabilização da infraestrutura para a circulação das informações, imagens e sons por meio da televisão digital aberta, houve ações para a criação de canais e de conteúdos.

### **Produção e consumo audiovisual: entre o alcance potencial e o alcance efetivo da rede**

Os primeiros lugares conectados à rede da TDA padeciam de conteúdo, contando apenas com o sinal da televisão pública<sup>5</sup>. Conforme Becerra (2015, p. 180),

como complemento aos investimentos em infraestrutura, o Estado financiou a produção de conteúdos, algo inédito em grande parte do país, e fomentou o equipamento de pequenas e médias produtoras. Os conteúdos dessas produções são abertos, estão disponíveis na internet e podem ser emitidos por canais públicos, privados, cooperativos ou universitários.

Para a produção de conteúdos foram três as ações principais, conforme Labate e Carboni (2014, p. 110–111): a criação de um programa territorializado de produção de conteúdos, o programa de Polos Audiovisuais (PASTI, 2018); a realização de concursos de conteúdo televisivo pelo Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais – INCAA; e a transmissão de canais estatais e de alguns grupos midiáticos privados. Esta última aponta para uma contradição com a promessa da democratização do espectro, já que não houve concurso de licenças para esses canais, que operaram de 2010 a 2015 em caráter experimental (BECERRA, 2015, p. 181; LABATE; CARBONI, 2014, p. 110) e foram licenciados sem cumprimento das regras da LSCA, sob o pretexto de ampliar de forma ágil a grade de canais e conteúdos presentes na nova rede. Os canais de cobertura nacional na TDA (Quadro 1) são analisados por González e Caraballo (2014, p. 14–16), Labate (2016, p. 127) e Grzincich e Alaniz (2017a, p. 11).

---

<sup>5</sup> Em entrevista realizada pelo autor, Osvaldo Nemirovski (2016) apontou o problema de chegar ao interior do país com sinal da televisão digital mas sem o conteúdo desejado pela população, o que frustrou o início do programa. A dispersão das políticas de comunicação em distintos ministérios e setores é um dos elementos apontados para explicar essas dificuldades, criando certo distanciamento entre as políticas de conteúdo (cultura e diversidade) e de infraestrutura técnica. A esse respeito, conferir Becerra (2015) e Mastrini e Becerra (2017).

**Quadro 1. Canais nacionais na grade da TDA e seus responsáveis - 2015**

Canal	.01	.02	.03	.04	.05	.31 (móvel)
22	Encuentro Estado Argentino	Pakapaka Estado Argentino	TaTeTi Estado Argentino	Incaa TV Estado Argentino	TecTV Estado Argentino	Encuentro Estado Argentino
23		TV Pública Estado Argentino	Construir TV Fundación Uocra			TV Pública Estado Argentino
24	DeporTV Estado Argentino	Rock&Pop Se Ve Grupo Veintitrés	Arpeggio Albavisión	ViajAR Estado Argentino		DeporTV Estado Argentino
25	CN23 Grupo Veintitrés	C5N Grupo Indalo	Telesur Multiestatal	360TV Electroingeniería	RT Estado Russo	CN23 Grupo Veintitrés

Elaboração: André Pasti (2018). Fonte: TDA (2015).

Observa-se no Quadro 1 que vários desses canais são de responsabilidade do Estado: a Televisão Pública Argentina (Canal 7); os canais do âmbito do Ministério da Educação – o cultural e educativo Encuentro, o infantil Pakapaka e o esportivo DeporTV; IncaaTV, de cinema nacional e regional; outros criados para a TDA e operados por programadoras privadas, como o infantil TaTeTi e o turístico Viajar; o canal TecTV (Tecnópolis TV), com conteúdo informativo de ciência e tecnologia para o público jovem; e a parceria multiestatal latino-americana Telesur, da qual o Estado argentino fazia parte (PASTI, 2013). O canal informativo russo RT, de propriedade estatal, também está presente na grade de programação. Para além dos canais nacionais, exibidos em todo o território, outros canais de conteúdo próprio, estatais, foram criados, como o ACUA Federal, de conteúdos gerais, e o ACUA Mayor, de conteúdos voltados à população idosa. Ambos trariam conteúdos nacionais e regionais, parte deles produzidos pelos programas de fomento – ACUA é a sigla para “*Argentinos cuentan Argentina*”. Também foram lançados canais privados: Construir TV, da Fundação Uocra, ONG ligada a sindicatos da construção; o musical Rock&Pop SeVe (antigo Vivra) e o informativo CN23, do Grupo Veintitrés; o musical Arpeggio, da Albavisión; o informativo C5N, do Grupo Indalo; e o 360 TV, de conteúdos gerais, da Electroingeniería SA. O canal Suri TV, da Albavisión, também compôs a grade.

Além desses, as províncias de Misiones, La Pampa, Formosa, Chaco, Santiago del Estero, La Rioja e Jujuy contavam com um canal adicional local em cada província, e as províncias de Buenos Aires, Córdoba, Mendoza e Santa Fe com dois. Na Cidade Autônoma de Buenos Aires, operavam onze canais adicionais, com alcance para parte da área metropolitana – além de ACUA Mayor e ACUA Federal, canais de grupos empresariais como Canal 9, Canal 13, Telefe e América (TDA, 2015).



---

Apesar do alcance potencial da nova rede, o consumo efetivo de informações pela TDA não chegou ao patamar das redes de televisão pagas no país. Diferentes estudos entre 2013 e 2014 apontavam para um número entre 5 e 7% da população, subindo a 20% de penetração da TDA entre os que não possuíam serviço pago de televisão (BALADRON; RIVERO; ROCA, 2017, p. 5–6; MASTRINI *et al.*, 2014). É um dado relevante, sobretudo considerando os que estavam excluídos das redes de televisão ou só possuíam a oferta de um canal na televisão analógica. Para Sel (2013, p. 142), essa transformação seria histórica, já que

a televisão aberta, livre e gratuita esteve historicamente disponível apenas nos grandes centros urbanos, excluindo mais de mil localidades que não superam os dois mil habitantes e de extensas zonas de população rural dispersa. Essa situação afeta 13% da população que vive ao longo de 65% do território nacional, para os quais o plano prevê complementar e articular o modo de transmissão terrestre (pelo ar) com o modo satelital direto para as casas.

O alcance efetivo da rede da TDA se articula com questões culturais ligadas ao consumo de informações e aos valores e costumes predominantes e em circulação no território. Essa psicofera que pode apoiar, acompanhar e anteceder a expansão do meio técnico-científico (RIBEIRO, 2011, p. 268) também compõe o território e é uma dimensão das disputas de sentidos da organização do espaço. Diversos autores (BECERRA, 2015; MASTRINI *et al.*, 2014, 2016) apontam aí um dos limites da TDA como projeto de alternativa à televisão paga comandada pelos conglomerados privados de mídia. Como afirma Becerra (2015, p. 181):

A intenção de criar uma plataforma de acesso gratuito com conteúdos que normalmente não são programados pelos operadores comerciais é afetada pela subestimação dos usos da TV que, longe de ser um artefato, é uma relação social. A penetração da televisão paga, multicanais, é massiva na Argentina. Há décadas, mais de 85% dos lares a utilizam para sintonizar uma oferta de sinais que não tem concorrência na TDA. [...] A expansão da TDA é dificultada porque os conteúdos mais apreciados pela sociedade não estão disponíveis no interior, onde a TDA está melhor sintonizada e, na AMBA, onde estes canais transmitem, há problemas técnicos de recepção.

Há outros elementos além da ausência de alguns dos canais mais conhecidos e consumidos no país na grade da TDA e da dificuldade de mudar as práticas de consumo audiovisual predominantes da televisão paga. Uma pesquisa realizada com usuários da TDA (MASTRINI *et al.*, 2016, p. 87) destaca, ainda, dificuldades quanto à instalação dos equipamentos e a presença de uma desconfiança em relação ao gratuito – tanto do ponto de vista

da qualidade (“se é bom deve ser pago”) quanto em relação ao papel central do Estado na difusão dessa rede – são mencionados, de forma sintética, o medo de manipulação política e a possibilidade de virem a cobrar por seu uso ou acabar com a rede, a depender da mudança de governo. Nesses casos, os ataques dos conglomerados midiáticos privados podem estar entre os elementos da difusão dessas desconfianças.

Entre os conteúdos mais valorizados da TDA, destacam-se o futebol e a programação infantil. Segundo a já mencionada pesquisa com usuários (MASTRINI *et al.*, 2016, p. 86), a transmissão futebolística, articulada com o programa *Fútbol Para Todos*, implica no acesso livre e de qualidade ao entretenimento popular, associado à sua dimensão de inclusão social. Os conteúdos infantis foram valorizados tanto em variedade quanto em qualidade. Analisando os desafios da TDA, Bergero (2012, p. 13) apontava, além de questões como o financiamento e a efetivação da federalização dos conteúdos, a necessidade de articulação desses meios com a necessidade das pessoas que recebem as transmissões. Para o autor, seria necessário que a população conseguisse se apropriar dessa tecnologia para seus próprios fins – para que as comunidades exijam mudanças, sejam escutadas, se organizem, empreendam ações. Essa questão fez parte da agenda do Programa Polos Audiovisuais Tecnológicos.

### **Considerações finais**

É necessário explorar as relações e tensões entre a base técnica para a comunicação e a cultura dos lugares. Pereira (2009, p. 7) considera que

O par conceitual tecnosfera-psicosfera poderia ser útil à compreensão da cultura como dimensão híbrida, presente em várias escalas, formada a partir das informações tanto banais quanto estratégicas que circulam pelo território. A cultura seria tributária de tradições que permanecem no território como rugosidades, mas também seria continuamente recriada em novas formas de sociabilidade, novas formas criativas de viver que [...] não se prestam à conversão em mercadoria.

As ações, no âmbito do Estado, para a consolidação da TDA apontam para esforços de transformação da tecnosfera ligada à difusão do audiovisual no território argentino, marcada pelo predomínio da televisão privada paga. As disputas da infraestrutura acompanham conflitos na psicosfera – os sentidos da comunicação em disputa, nas tensões mercadoria-direito e privado-público, também condicionam as potências e os usos dessa infraestrutura da televisão aberta. A inércia dinâmica das materialidades do território acompanha, ainda, uma inércia das formas de consumo de informações dominantes presentes na psicosfera.

Dentro de tensões e contradições inerentes aos processos políticos, a TDA foi uma aposta desse ciclo de políticas de comunicação de capilarizar outra rede e produzir outras lógicas de consumo, com protagonismo do Estado. Em um momento em que a Argentina retoma o debate sobre a televisão digital aberta (GIARDINELLI, 2020), depois do desmonte durante o governo Macri, espera-se que seja possível avançar a partir dos aprendizados dessa experiência.

### Referências bibliográficas

- ALIAGA, Jorge. *Charla sobre la historia de Arsat, por Jorge Aliaga*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q9VHEDiMpNY>>. Acesso em: 13 jul. 2018. , 2017
- ARGENTINA. *Decreto 1148/2009*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/157212/norma.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2018. , 31 ago. 2009
- ARGENTINA. Ley 26.092 - Empresa Argentina de Soluciones Satelitales Sociedad Anónima AR-SAT. , 26 abr. 2006. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/115000-119999/115886/norma.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- ARGENTINA. Ley 27.208 - Plan Satelital Geoestacionario Argentino. , 9 nov. 2015. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/250000-254999/254823/norma.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- ARSAT. *Portal de Datos Abiertos*. Disponível em: <<http://datos.arsat.com.ar/home>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BALADRON, Mariela; RIVERO, Ezequiel; ROCA, Alejandra. Políticas digitales de democratización en la Argentina 2010-2015. *Actas de Periodismo y Comunicación*, v. 2, n. 1, 29 maio 2017. Disponível em: <<https://www.perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/actas/article/view/3707>>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- BECERRA, Martín. *De la concentración a la convergencia: políticas de medios en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2015.
- BERGERO, Fabian. *Televisión Digital: El cambio de paradigma y los desafíos para el Estado argentino*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4225026/Televisión\\_Digital\\_El\\_cambio\\_de\\_paradigma\\_y\\_los\\_desafíos\\_para\\_el\\_estado\\_argentino?auto=download](https://www.academia.edu/4225026/Televisión_Digital_El_cambio_de_paradigma_y_los_desafíos_para_el_estado_argentino?auto=download)>. Acesso em: 18 jul. 2016. , 2012
- BIZBERGE, Ana *et al.* Políticas de TDT: del predominio del mercado al desafío por un sistema democrático de televisión. In: MASTRINI, Guillermo; BIZBERGE, Ana; CHARRAS, Diego De (Org.). *Las políticas de comunicación en el siglo XXI: nuevos y viejos desafíos*. Buenos Aires: La Crujía, 2012.
- GENNARI, Marcos; LAPUENTE, Sofía. El Arsat-1 y su vinculación con la Televisión Digital Abierta como política pública promotora de inclusión social. *Actas de Periodismo y Comunicación*, v. 1, n. 2, 3 maio 2016. Disponível em: <<http://www.perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/actas/article/view/3263>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- GIARDINELLI, Mempo. *La nueva TDA en marcha*. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/293476-la-nueva-tda-en-marcha>>. Acesso em: 13 out. 2020.
- GONZÁLEZ, Néstor Daniel; CARABALLO, Cristian. La Televisión Digital en Argentina a cinco años de su puesta en marcha. In: ALAIC 2014, 2014, Peru. *Anais...* Peru: PUCP, 2014. p. 23.
- GRZINCICH, Claudia Guadalupe; ALANIZ, María. Televisión Digital. Una aproximación al caso argentino y su alcance en países de la región (2009-2015). In: X CONGRESO INTERNACIONAL DE LA UNIÓN LATINA DE ECONOMÍA POLÍTICA DE LA INFORMACIÓN, LA COMUNICACIÓN Y LA CULTURA (ULEPICC-2017), 2017a, Quito. *Anais...* Quito: CIESPAL, 2017. Disponível em: <<https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/5739>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

- GRZINCICH, Claudia Guadalupe; ALANIZ, María. TV Digital Argentina: Políticas públicas y regulación en el contexto suramericano (2009-2015). In: V JORNADAS INTERNACIONALES DE PROBLEMAS LATINOAMERICANOS: “LOS MOVIMIENTOS SOCIALES FRENTE A LA RESTAURACIÓN NEOLIBERAL: RESISTENCIAS, OPOSICIÓN Y RE-CONSTRUCCIÓN DE PERSPECTIVAS TEÓRICO-POLÍTICAS EMANCIPATORIAS”, 2017b, Córdoba. *Anais...* Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2017. Disponível em: <<https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/5740>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- HURTADO, Diego; BIANCHI, Matías Diego; LAWLER, Diego. Tecnología, políticas de Estado y modelo de país: el caso ARSAT, los satélites geoestacionarios versus “los cielos abiertos”. *Epistemología e Historia de la Ciencia*, v. 2, n. 1, p. 48–71, 30 nov. 2017.
- INDEC. *Unidades Geoestadísticas - Cartografía y códigos geográficos del Sistema Estadístico Nacional*. Disponível em: <<https://www.indec.gov.ar/codgeo.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- ITURRALDE, María Eugenia. La descentralización como elemento fundamental en el proceso de democratización de los medios de comunicación en Argentina. *Questión: Revista Especializada en Periodismo y Comunicación*, v. 1, n. 47, p. 162–175, 2015.
- LABATE, Cecilia. Los medios estatales en la era digital: entre la convergencia de pantallas y la divergencia de las políticas de comunicación. In: MARINO, Santiago (Org.). *El audiovisual ampliado: políticas públicas, innovaciones del mercado y tensiones regulatorias en la industria de la televisión argentina frente a la convergencia*. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2016.
- LABATE, Cecilia; CARBONI, Ornella. Hacia la producción de contenidos audiovisuales para la TDT en Argentina. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 9, n. 16, 11 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/478>>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- LAMAC. *As metrics da TV por Assinatura*. Disponível em: <<http://www.lamac.org/pt/as-metricas-da-tv-por-assinatura>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- MASTRINI, Guillermo *et al.* El Estado como protagonista del desarrollo de la TDT en Argentina. *Cuadernos de informacion*, v. 31, p. 69–78, 5 dez. 2012.
- MASTRINI, Guillermo *et al.* Televisión Digital: políticas públicas, expansión y consumos. In: MARINO, Santiago (Org.). *El audiovisual ampliado: políticas públicas, innovaciones del mercado y tensiones regulatorias en la industria de la televisión argentina frente a la convergencia*. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2016.
- MASTRINI, Guillermo *et al.* *Uso y consumo de la Televisión Digital Terrestre en argentina. Un estudio en los municipios de San Fernando y Quilmes*. . [S.l.]: Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<https://martinbecerra.files.wordpress.com/2014/09/estudio-tdt-argentina-icep-maestria-iicc-unq-2014.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016. , 2014
- MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín (Org.). *Medios en guerra: Balance, crítica y desguace de las políticas de comunicación 2003-2016*. Buenos Aires: Biblos, 2017.
- NEMIROVSCI, Osvaldo. *El desafío digital en la televisión argentina: comunicación, conflictos y dilemas*. Sáenz Peña: Eduntref, 2011.
- NEMIROVSCI, Osvaldo. *Entrevista de Osvaldo Nemirovcsi para o autor, realizada em 20/09/2016*. . [S.l: s.n.], , 20 set. 2016
- PASTI, André. *Mídia, território e comunicação ascendente: políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2018.
- PASTI, André. Transformações e permanências na circulação de notícias na América Latina: contribuições ao debate. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2013, Manaus (AM). *Anais...* Manaus (AM): Intercom, 2013. p. 15.
- PEREIRA, Evelyn. Território, informação e cultura: algumas considerações. In: XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideú. *Anais...* Montevideú: [s.n.], 2009. p. 9.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011v. 3. .

---

RUS, Guillermo Jorge. *El futuro llegó: Plan Satelital Geoestacionario Argentino 2015-2035*. Buenos Aires: Kaband, 2016.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, n. Ano XIII, n. 2, p. 15–26, 1999.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação socioespacial como teoria e como método. *Antipode*, v. 9, n. 1, fev. 1977.

SEGURA, María Soledad. La sociedad civil y la democratización de las comunicaciones en la Argentina. La experiencia de la Coalición por una Radiodifusión Democrática. *Argumentos. Revista de crítica social*, n. 13, 2011.

SEL, Susana. La democratización comunicacional en Argentina: avances en políticas públicas y obstáculos económicos, políticos y culturales. In: DANTAS, MARCOS (Org.). *Avances en los procesos de democratización de la comunicación en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

TDA. *Listado de señales disponibles en TDA - Televisión Digital Abierta*. . [S.l.]: Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios. Disponível em: <<http://www.tda.gob.ar:80/programacion/salida.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2015. , 2015